Confronto

Sarney joga tudo para vencer parlamentarismo de Ulysses

Grupos divergem nas contas como sempre

Dos enviados especiais a Brasília

Como ocorreu com regularidade desde que o sistema de governo entrou em pauta nos debates constituintes, inexistia ontem coincidência nos prognósticos que parlamentaristas e presidencialistas lançaram como instrumento da guerra de nervos. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) contabilizava 276 parlamentaristas "de carteirinha", faltando a adesão de apenas quatro constituintes para que o sistema seja aprovado. Outro parlamentarista, o senador Mário Covas (PMDB-SP), sem quantificar, estava otimista. "Vamos derrotar o presidencialismo na primeira votação, na segunda votação, e depois inscrever o parlamentarismo logo na primeira votação da emenda Egídio" (Ferreira Lima, PMDB-PE). Com isso não concordava o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS). Indagado se o presidencialismo venceria com 330 votos, foi incisivo: "Deve dar muito mais."

"Segunda época"

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) dizia que o presidencialismo será aprovado, "mas só em segunda época", referindo-se à possibilidade de se votar uma segunda vez a emenda coletiva que não for rejeitada. Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) não concorda: "O presidencialismo não passa de jeito nenhum." Para Roberto Freire (PCB-PE), "o clima é de véspera de um clássico, com acusações de 'doping', de que o juiz está comprado, e tudo isso. Mas no fim vai dar parlamentarismo".

Moreira Mariz

O presidente José Sarney e o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, se abraçam no Palácio do Planalto

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

O Palácio do Planalto desfechou ontem uma das mais violentas ofensivas políticas da recente história republicana, envolvendo promessas, ameaças e a presença em Brasília de um nutrido grupo de governadores presidencialistas. Com isso, o governo conseguiu reverter a tendência para o crescimento do parlamentarismo, tornando definitivamente imprevisível o resultado da votação de hoje em torno do sistema de governo.

As promessas palacianas passam pelo preenchimento de cargos no segundo escalão da administração federal, como o cobiçado Funrural, dependência do Ministério da Previdência Social, cujo delegado é, em cada município, um ativo cabo eleitoral de seu padrinho político.

Já as ameaças vão no sentido exatamente oposto: um deputado parlamentarista, que obviamente pediu reserva do nome, contou ontem aos coordenadores do grupo parlamentarista que duas das pessoas que ele indicou para postos no governo já foram ameaçadas de demissão. Esse deputado garantiu que votará no parlamentarismo.

Essa resistência isolada não foi suficiente para entusiasmar os parlamentaristas: no fim da tarde, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), parlamentarista ferrenha e guardiã das contas dos parlamentaristas, confessava-se impressionada com a ofesiva palaciana, particularmente com o rolo compressor posto em ação pelos seis governadores presidencialistas que já desembarcaram em Brasília.

Mesmo governadores que não vieram a Brasília, como o de São Paulo, Orestes Quércia, atuavam decididamente em favor do presidencialismo. Antes de viajar para Brasília, o deputado Hélio Cézar Rosas (PMDB-SP) foi chamado por Quércia, que lhe pediu o voto para o presidencialismo. "Foi a primeira vez que o Quércia me pediu um voto", conta o deputado paulista.

Reversão

A ofensiva palaciana, já antecipada pela **Folha** de ontem, deveu-se à constatação de que os acenos de um negociação prevendo parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney haviam desorganizado de tal forma as fileiras governistas que havia o risco de a emenda Humberto Lucena, presidencialista (a primeira a ser votada), ser derrotada por ampla margem. Se isso ocorresse, não haveria o que negociar depois com os vitoriosos parlamentaristas.

O fulcro da ofensiva governamental foi o de reverter justamente os votos de presidencialistas que guinaram para o parlamentarismo, na expectativa de um acordo (parlamentarismo e cinco anos).

O que é impossível é avaliar até que ponto, globalmente, a ofensiva produziu resultados. Tem-se dados isolados e contraditórios: a bancada peemedebista do Ceará voltou quase inteira ao presidencialismo. Seu coordenador, Expedido Machado, garante que, dos 14 peemedebistas do Ceará, de dez a 11 votarão no presidencialismo. A perspectiva de acordo —desenhada até sexta-feira— faria com que 13 dos 14 constituintes do PMDB-CE votassem no parlamentarismo.

A bancada goiana, ao contrário, ficou onde estava: seu coordenador, Fernando Cunha, dá um placar de 7 a 6 a favor do parlamentarismo, com perspectivas de chegar a nove parlamentaristas. Explica-se: o governador Henrique Santillo trabalha veladamente pelo parlamentarismo, embora bombardeado intensamente pelo Planalto.

A grande incógnita é a bancada mineira do PMDB. Até sábado, seu coordenador, Gil César, parlamentarista, dava 22 votos a favor do parlamentarismo em 37 votos possíveis. No domingo, ele já admitia a perda de dois votos. Ontem o governador Newton Cardoso instalou o seu conhecido "estilo trator" no escritório de Minas Gerais em Brasília e ficou recebendo constituintes um atrás do outro. Até o início da noite, ninguém se arriscava a fazer as contas de eventuais reconversões ao presidencialismo.

No caso de São Paulo, embora Quércia esteja operando longe de Brasília, a divisão praticamente meio a meio se desfez em favor dos presidencialistas, pelas contas de Roberto Rollemberg, o coordenador da bancada, presidencialista. Números precisos, ele não tem.

Ao pé do ouvido

Se os governistas estão em plena ofensiva, os parlamentaristas não ficaram parados. Mas sua arma de combate era a precária conversa ao pé, como a que o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, tentou com Rollemberg, em meio à sessão de ontem do Congresso constituinte. Não conseguiu nada. "Se eles ainda aceitassem ceder na questão do mandato, concordando com os cinco anos...", diria depois Rollemberg.

Ao final de um dia de conchavos, ameaças, pressões, promessas, reuniões, tudo o que se sabia era muito pouco a respeito do resultado da votação. Por mais que, de parte a parte, se continua a cantar vitória, como arma de propaganda, a verdade é que lado algum tem certeza alguma.

A melhor avaliação, no final das contas, pertencia a Expedito Machado, que era presidencialista, embarcou no acordo prevendo parlamentarismo com cinco anos, participou ontem de um almoço com dois ministros, na caçada aos votos, e chegou na véspera da votação com uma resposta sábia à pergunta sobre quem ganha: "Só Deus sabe".

Brasília vive a sua noite de São Bartolomeu

ANDRÉ SINGER
Enviado especial a Brasília

A madrugada de hoje em Brasília promete ser tão tensa quanto a famosa "madrugada constitucional" de 15 de março de 1985, quando diante da súbita doença de Tancredo Neves foi decidido que tomaria posse, algumas horas depois, o vice-presidente eleito, José Sarney. A pressão a favor do presidencialismo cresceu enormemente no dia de ontem e prosseguiria noite adentro. Os parlamentaristas por seu turno preparavam-se para contra-atacar, ou pelo menos resistir do outro lado da linha.

O clima era de desânimo nas hostes parlamentaristas. Comentava-se que seria a noite de São Bartolomeu (a noite de 24 de agosto de 1572 em que o rei da França, católico, ordenou o massacre dos huguenotes, protestantes). Traduzindo, isto significa o massacre dos parlamentaristas pelo rolo compressor da máquina oficial. Quase dez govenadores presidencialistas estavam em Brasília para pressionar suas bancadas durante a madrugada.

Do outro lado da linha, quem coordena as operações é o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, até bem pouco um presidencialista. Ele também chamará os governadores para conversar, se possível antes que estes conversem com suas bancadas. Utilizará o fato de ser presidente do partido que elegeu esses senhores para tentar convencê-los de que a melhor fórmula, (inclusive para não rachar o partido), é o parlamentarismo com os cinco anos de mandato para Sarney.

Sarney não quer nem ouvir falar nisso. O lado do governo que aposta em ganhar tudo (presidencialismo e cinco anos) predomina neste momento. Diante disto não resta outra saída senão o confronto no voto. Mas depois de um primeiro confronto, hoje, outras possibilidades de negociação se abrem. Se o governo não conseguir 280 votos para aprovar a emenda Humberto Lucena, presidencialista, ela voltará a ser apresentada na quarta-feira. A menos que os parlamentaristas consigam amanhã angariar 280 votos contra essa emenda, com o que ela seria rejeitada e entraria em votação a emenda parlamentarita. A possibilidade de que isto aconteça é muito remota. De terça para quarta haverá mais pressão, mas também pode ser que haja negociação.

Por isso durante a madrugada de hoje a meta dos parlamentaristas é antes de tudo impedir que a emenda Lucena tenha 280 votos à tarde. Isso explica o frenesi dos parlamentaristas sobre os 16 votos do PT. Se os deputados do PT se abstiverem, diminuem as chances do governo. Ninguém nesse lado tem esperança a respeito do PDT. Este votará compacto no presidencialismo. Mas nessas alterações de última hora, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) declarou que vai votar no parlamentarismo. Se passar o presidencialismo é provável que passe também os cinco anos para Sarney.

A vitória do presidencialismo será uma vitória pessoal de Sarney que sairá dela muito fortalecido, atraindo para si uma maioria cincoanista.

Por enquanto tudo são vagas previsões. Mas quando a madrugada acabar e o nevoeiro se dissipar o terreno da batalha já estará delimitado, e resultados concretos serão mais previsíveis.

Atraso da votação pode favorecer os cinco anos

Do enviado especial a Brasília

"Ou nós arranjamos um jeito de votar os temas em bloco, ou a Constituinte vai para agosto". Foi isso o que o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse, na manhã de sexta-feira passada, ao líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA). Os dois se encontraram no Ministério da Justiça, onde participaram de uma reunião presidida pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard.

Na noite de anteontem, essa previsão foi comunicada ao presidente José Sarney. O presidente fez uma cara de espanto, mas um parlamentar nordestino que estava com ele, no Palácio da Alvorada, sentiu que a notícia não desgostou o presidente. Esse político disse à **Folha** que quanto mais a Constituinte se prolongar, mais difícil fica para a esquerda do PMDB e para os partidos de oposição ao governo sustentarem o movimento que visa encurtar o mandato de Sarney para quatro anos.

Procurado no final da manhã de ontem no Congresso, o senador Jarbas Passarinho disse que Ulysses realmente conversou com ele sobre a possibilidade de a Constituinte se estender até agosto. "Eu disse ao Ulysses que não serei empecilho a uma agilização dos nossos trabalhos, mas que com a votação em bloco eu não concordo", declarou o líder do PDS, "afinal, essa é a quarta Constituição que redigimos; a primeira foi a que saiu das comissões temáticas, ano passado, e que foi sendo sucessivamente revista, e nós, agora, não podemos simplesmente sair correndo para aprovar esta última".

Ontem à tarde, o ministro da Habitação, Prisco Viana, recebeu a informação de que Ulysses Guimarães disse ao ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães que, no caso de a Constituinte aprovar hoje o presidencialismo (como é desejo de Sarney), a esquerda do PMDB e os partidos de oposição conseguirão mobilizar o plenário para encurtar o mandato presidencial para quatro anos já no texto permanente da futura Constituição. "Tenho a certeza de que existem muitos parlamentaristas que só ficam contra o governo na questão do sistema de governo", afirmou Prisco, "na questão do mandato, eles vão ficar com os cinco anos". **(RL)**

Líderes do governo afirmam que têm mais de 280 votos

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney está tranquilo, alegre e convencido de que o Congresso constituinte irá aprovar o sistema presidencialista e mandato de cinco anos para ele e para os futuros presidentes da República, segundo os líderes do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS). Os dois líderes, recebidos ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, pelo presidente Sarney, afirmaram que a proposta do governo já conta com mais de 280 votos, o que lhe garantirá uma vitória com vantagem expressiva.

Segundo o deputado Carlos Sant'Anna, a emenda do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que representa a vontade do governo, foi subscrita por 352 constituintes. Ele disse que a orientação do presidente é no sentido de que os parlamentares afinados com o governo votem pelo presidencialismo e cinco anos. Já o senador Saldanha Derzi acrescentou que revelar a estratégia a ser adotada hoje seria o mesmo que "entregar o ouro ao bandido".

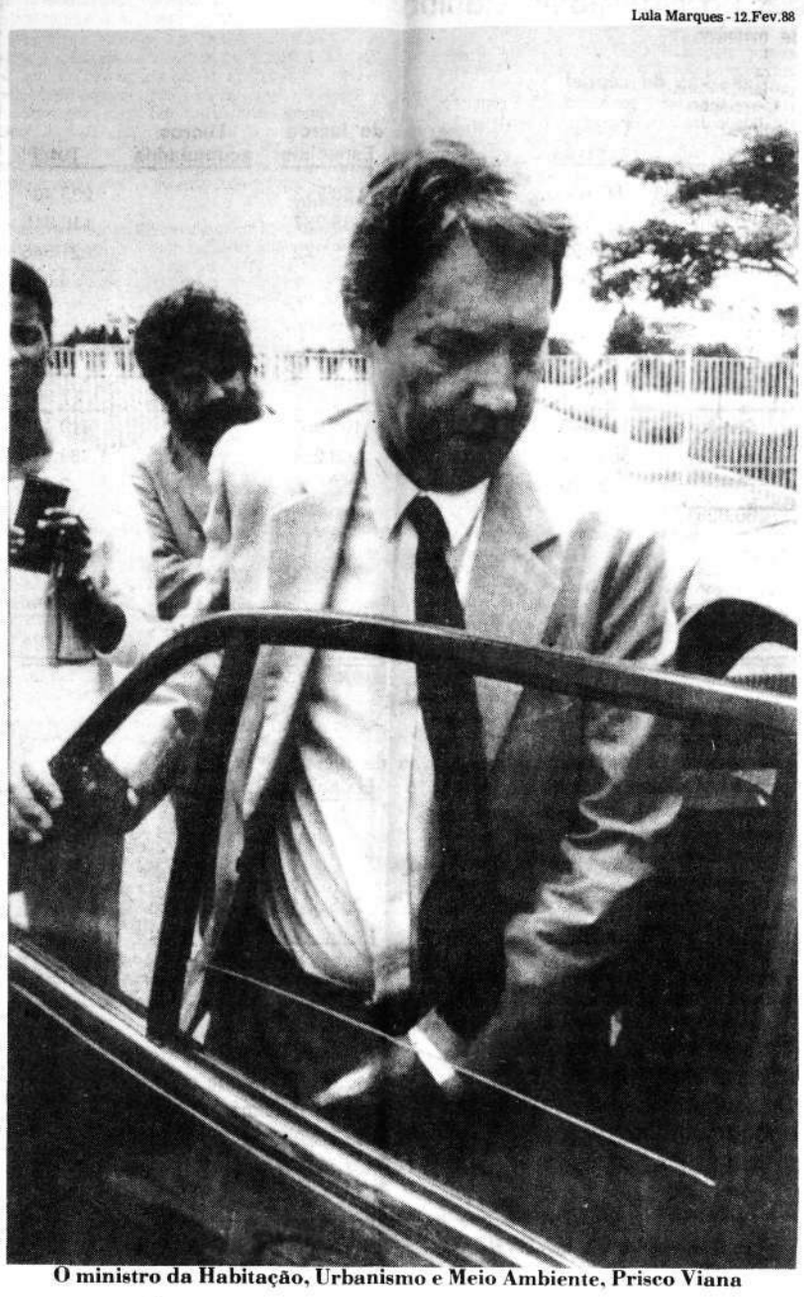
O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), o último a ser recebido por Sarney, disse que a estratégia do governo "é votar e quem tiver mais voto ganha". Segundo ele, o presidente é "intransigente" quanto ao presidencialismo e mandato de cinco anos.

Antes, Saldanha Derzi havia declarado que, embora o presidente estivesse trabalhando pelo presidencialismo e o mandato de cinco anos, estava disposto a conversar com as lideranças do Congresso constituinte sobre uma proposta que representasse o consenso da grande maioria dos parlamentares. Segundo Derzi, o presidente em momento algum se fechou, mas também não está disposto a negociar.

Derzi afirmou que o governo está disposto a estudar, "com toda tranquilidade,uma proposta que reflita o consenso da maioria das lideranças ou que seja a fusão das trinta ou quarenta emendas que existem". A condição para que isto ocorra, segundo ele, é a união das lideranças para "depois o presidente decidir".

Governo calcula 300 votos presidencialistas

Lula Marques - 12.Fev.88



O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

O governo espera que a Constituinte aprove hoje, por um mínimo de 300 votos, a manutenção do regime presidencialista. Foi esse o cálculo que saiu de um almoço, ontem, do ministro da Habitação, Prisco Viana, com o ministro da Saúde, Borges da Silveira, e com um grupo de coordenadores do Centrão.

Depois do almoço, Prisco levou esse cálculo ao presidente, no Palácio do Planalto. De volta a seu gabinete, às 16h15, o ministro disse à **Folha** que o governo convocara a Brasília nove governadores, que vão reforçar o esquema pró-presidencialismo. Um parlamentar nordestino que priva da intimidade do presidente, disse ontem, que nesse trabalho de convencimento, o governo não vai deixar de observar que o constituinte que votar pelo parlamentarismo perderá as nomeações que fez. Estas indicações estão todas em listas armazenadas no sistema de computação do Gabinete Civil da Presidencia da República.

Pouco depois das 15h, o senador Álvaro Pacheco (PFL-PI), que almoçou com Sarney no Palácio da Alvorada, demonstrava, no Congresso, uma certa preocupação com as bancadas do PMDB de Goiás e do Paraná. Prisco estava muito mais otimista: "Dos 13 deputados de Goiás, só quatro vão votar contra nós". Pela manhã, em uma reunião, no Palácio da Alvorada, presidida por Sarney (e que contou com as presenças do líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, e do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço), o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, arriscou que o presidencialismo será aprovado com o apoio de 320 dos 559 constituintes.

Enquanto Sant'Anna estava no Alvorada, sua assessoria técnica se esforçava para localizar alguns parlamentares cuja presença, hoje, em plenário, era ainda incerta. Esse era o caso, por exemplo, do deputado Fausto Fernandes (PMDB-PA), um empresário rural de centro-direita, de quem se tinha uma única e escassa informação: a de que tinha viajado para Vitória da Conquista (cidade baiana a cerca de 400 km de Salvador), a fim de dar assistência a um irmão doente. Outro presidencialista que preocupava era o senador Carlos Alberto de Souza (PTB-RN), que está doente em Natal (capital do Rio Grande do Norte).

A **Folha** apurou que a assessoria de Sant'Anna trabalha com a meta de que pelo menos 540 parlamentares devem estar presentes à votação, para facilitar a vitória do presidencialismo. Na parte da tarde, o senador Álvaro Pacheco não descartava a hipótese de que, ante a ofensiva do governo, o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, manobrasse para adiar a escolha do sistema de governo.

Domingo à noite

"Se a votação tivesse sido ontem, nós tínhamos perdido. Hoje nós já não perderíamos mais, terça então, nem se fala. Vamos ganhar". Foi assim que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, analisou para o presidente José Sarney, na noite de anteontem, o esforço feito por um grupo de parlamentares ligados a Ulysses Guimarães, sexta e sábado últimos, de difundir a versão de que o Planalto —e a área militar— já aceitavam a aprovação do parlamentarismo.

A avaliação foi feita no Palácio da Alvorada, depois que o presidente e sua mulher, Marly, assistiram missa às 18h30. Após a missa, foi a Constituinte que dominou as conversas. Participaram delas, além de Sarney e de Antônio Carlos, os ministros dos Transportes, José Reynaldo Tavares, e da Administração, Aluízio Alves, o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, e os senadores Álvaro Pacheco (PFL-PI) e Édison Lobão (PFL-MA).

Houve muitas críticas ao deputado José Geraldo (PMDB-MG), um ex-coordenador do Centrão, que na última sexta-feira disse ter ouvido do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, palavras de simpatia para com o parlamentarismo. "O Zé Geraldo tinha que ser sequestrado pelo Newton (Cardoso) e levado para Minas, para não falar mais besteira até a votação", brincou um dos ministros.

Um amigo pessoal do presidente que participou dessas conversas anteontem à noite disse à **Folha** que Sarney está disposto a anunciar um pacote de medidas econômicas tão logo se vote o sistema de governo e o mandato. Essa fonte informou que o programa do governo vai dar ênfase "a medidas de ordenação fiscal sem o aumento de impostos, e a uma redução do déficit público para quatro porcento do PIB (Produto Interno Bruto)".

A reunião de Sant'Anna, Saldanha Derzi e José Lourenço, ontem pela manhã, com o presidente, serviu para definir o modo de atuação dos três líderes dentro do plenário, durante o processo de votação do sistema de governo. O presidente José Sarney será abastecido de informações pelo ministro da Habitação Prisco Viana, que vai ocupar o gabinete de um constituinte sarneyzista no Congresso, para acompanhar mais de perto o desenrolar da sessão no plenário.

Presidente adia viagem ao nordeste

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney adiou para a próxima segunda-feira a viagem que faria ao nordeste na quinta-feira, onde irá inaugurar a segunda linha de transmissão que interliga os sistemas elétricos do Norte e Nordeste, na cidade de Presidente Dutra (MA). O presidente quer permanecer em Brasília neste dia, pois a votação do sistema de governo pode-se estender até lá.

Na segunda-feira, depois da cerimônia de inauguração no Maranhão, Sarney vai para Parnaíba (PI), onde visitará o Centro Nacional de Pesquisas Agrícolas Irrigadas e presidirá a solenidade de entrega simbólica de equipamentos de irrigação a produtores rurais.

A linha de transmissão no Maranhão foi projetada e construída pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) em 11 meses. Ela tem 800 quilômetros de extensão, ligando a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, à subestação da empresa em Presidente Dutra. Com esta nova linha, a capacidade de transferência de energia para as duas regiões foi elevada de 450 para 900 megawatts.